

FORMAÇÃO DOCENTE ANTICOLONIAL: TRAVESTILIDADE NEGRA COMO EPISTEMOLOGIA NA ESCOLA SOB O OLHAR DE UMA PIBIDIANA

Jéssica Thaís Clementino Gurgel¹

Joseane Abílio de Sousa Ferreira²

¹Aluna da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN no *campus* avançado de Patu - CAP, do curso de Pedagogia do departamento de educação, jessica20230009757@alu.uern.br.

²Professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN no Campus Avançado de Patu - CAP, do curso de Pedagogia do Departamento de Educação, joseaneabilio@uern.br

Resumo: O presente trabalho, escrito a partir de um relato de experiência no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), reflete sobre a formação docente em perspectiva anticolonial, destacando a travestilidade negra como epistemologia viva na escola. A discussão evidencia o apagamento histórico de saberes marginalizados e a influência da epistemologia eurocêntrica na educação, apontando a necessidade de ruptura com modelos hegemônicos que silenciavam corpos dissidentes. A presença da travesti negra em sala de aula é compreendida como potência pedagógica, produtora de conhecimentos vivos, questionadora das normatizações coloniais e binárias que estruturam o espaço escolar. O texto dialoga com autoras como Jaqueline Gomes de Jesus, Djamila Ribeiro, Chimamanda Adichie e Carolina Maria de Jesus, articulando reflexões sobre lugar de fala, resistência e pedagogia da presença. Conclui-se que incluir narrativas e presenças historicamente marginalizadas é fundamental para a construção de uma educação plural, inclusiva e humanizada, que reconheça a diversidade como eixo formativo central.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Docente, Travestir, Negra, Inclusões

INTRODUÇÃO

Inicialmente, falar de formação de professores que busque enfatizar as nossas individualidades como produtora de conhecimento, possibilita um novo olhar para realidades educacionais, fazendo nos enxergar como legítima de produção de saberes, para discutir essa temática tão relevante precisamos ampliar as nossas compreensão no que se diz conhecimento necessário, deixar de considerar como única alternativa a epistemologia eurocêntrica e branca, mas também que os conhecimentos são gerados desde de nossa proximidades vivenciadas, retenho a me discutir o quão a autora nesse texto indiciar o seu posicionamento partindo de sua realidade de mundo, onde os contextos educacional torna uma chave de questionamento e problemáticas onde seu corpo marginalizado é ancora para torna real tais discussões.

O PIBID, é uma tecnologia que aproxima o mundo acadêmico e mundo escolar público, foi esse divisor de águas para visionar as complexidades tão presentes nesse espaço que não enxergamos com tanta nitidez, mais os amadurecimentos que o programa nos introduz e desenvolvemos possibilitar enxergar que são reais esses problemas, entender o tanto que meu

corpo dialoga e produz saberes com os espaços que se relaciona, precisava entender a onde e como esses problemas se infixava e criava ramificações, as experiências torna legítima a compreensão do que observo desse fatores e isso vai moldando o nossos processos para intervir na problemática presente.

Dessa forma, a travestilidade negra abre um leque de discussões, onde torna presente a necessidade real de formações que se discuta essas questões que não considerar relevantes para meios educacionais, os movimentos negros e travestir, são pautas de uma educação que inviabilizar os nossos corpos, esses movimentos estão fora desse mundo, mais os sujeitos estão presentes nesse ambiente, porque são evitado pensar sobre esses conhecimentos em escolas, o corpo ele é legítimo e produz saber que são esquecido ou que tenta borrar dos locais que tem uma influência hegemônica, precisar deixar clara a urgência de um escorrimento de uma problemática emergente, que é discutir nossos corpos, presenças cada vez mais necessária em espaços, sem tirar o seu posicionamento e sua história, a necessidade de reavaliar a estrutura curricular de nosso ensino.

Assim, a pesquisa caminhará através de um relato de experiência, também sempre apontando problemáticas visíveis e dialogando com elas, para trazer à tona esses espaço e expondo de forma como uma denúncia ao nosso modelo educacional, fazendo juiz a esse mundo excludente, trago para esses debates os conhecimentos que é enxergado perante a sociedade colocando e reflexionando sua visão de mundo como corpo marginalizado, autores que deixar claro esse mundo tão normatizador e elitista, tornado reais sempre os seus conhecimentos como única possibilidade, e excluindo os demais para não que tome o seu espaço, isso não é uma disputa, e sim torna possíveis os nossos conhecimento, e não reduzindo os saberes mas ampliando as realidades.

TRAVESTILIDADE NEGRA COMO EPISTEMOLOGIA VIVA

Por isso, precisamos compreender uma realidade tão presente em nossa formação, que é falta de enfatizar as nossas corporalidade como produtora de conhecimento, pois sempre estamos circuladas de discursos que deslegitima as nossas vivências e histórias, porque para o sistema e o espaço se vende um única forma e modelo, tratando nossas existência como falsa e desnecessária, precisamos romper como essa lógica de pensar fora dessa a única narrativa, vivenciamos um discurso branco e hegemônico que exclui os demais saberes.

Corpos atestados como maus. Isso remete a um tempo quando já foi normal falar que os cabelos crespos das pessoas negras eram “ruins”. Foi? Em artigo publicado no jornal O Globo, em 07 de maio de 2008, o jornalista e escritor Zuenir Ventura comentou entrevista dada pelo então jogador de futebol, Ronaldo Fenômeno, ao Fantástico, quanto ao recente “escândalo” envolvendo travestis e extorsão, a questão veio à tona. (Jesus, 2021, p.18).

Dessa maneira, observamos como a autora Jaqueline Gomes de Jesus (2012) evidencia como as nossas estéticas são vendidas para mídias e demais tecnologias, como indivíduos negativos e não pertencentes ao sistema. Ela destaca como o fenótipo negro era secundarizado em nossa estrutura, e onde se normalizava a punição desses corpos por apenas terem existido. As travestis nem nesse espaço secundarizado ocupam, pois não se dão chance de existência para esse corpo. Fomos conceituadas como desvio social, sempre limitadas ao imaginário coletivo, que as tecnologias tentaram estereotipar, moldava em suas construções para caber aos seus interesses e crenças ideológicas. Tratar de sequestrar subjetividades alheias e criar uma história mítica acaba por cair na triste realidade da invenção universal de sujeitos que se

delimitam apenas a uma ideia que a sociedade cria e pretende manter, traçando uma discussão em que não há espaço para outras singularidades. Apenas essa criação é tomada como verdadeira e tem que ser universal.

Talvez tratar de pensar, como a pensadora Chimamanda Ngozi Adichie (2019) relata, que o perigo de uma história única desumaniza, retira do sujeito as oportunidades de autoconhecer-se. Somos, a todo instante, frágeis a ser moldadas por aqueles que dominam as narrativas. E, enquanto se deixar como única alternativa o olhar branco, sempre estaremos sujeitas ao não pertencimento. Se tirarem as vivências individuais e coletivas em suas múltiplas diversidades, estaremos laçadas ao critério de entendimento apenas de uma ótica que enxerga como essencial.

Sendo assim, ao analisar como a filósofa Djamila Ribeiro (2019) discute essa temática “lugar de falar” e trazer essa discussão para reflexionar o quanto somos silenciadas, e quão o ato da fala tem um espaço de legitimidade dependendo de que posição se vem, o discurso branco sempre foi válido. E assim acontece com os saberes: a epistemologia do marginalizado foi tratada como desnecessária para os debates que marcam as complexidades e desafios sociais.

Tentar refletir esse pensamento de lugar de falar e direcionar uma autonomia para que todas as vozes sejam escutadas sejam elas negras, indígenas, travesti, transexual, brancos, asiáticos, pessoas com deficiências etc. A fala tem poder essencial para tornar saberes reais. O ato de falar foca na ação de debater aquilo que, para o sujeito, considero como uma problemática que vivencia em seus processos. Mas tem um ponto bastante urgente: é como o discurso do lugar de fala é utilizado. Eles se apropriam deste dispositivo para violar as realidades de outros, tornando relevante o seu discurso e sua visão sobre os sujeitos.

Temos que esclarecer algo: as falas, elas têm que ser consideradas de todas as localidades. A própria Djamila Ribeiro pontua que todos temos lugar de fala, só que vamos discutir do meu espaço que estou. Por isso, vamos parar de invadir as falas dos demais e tentar inferiorizar os espaços de diálogos. Não posso me consolar num discurso onde só um apenas fala.

E direcionando nas epistemologias, onde contentamos em modelo de escola onde só observo realidades e escrito de um branco cis e heterossexual. Isso me causa um aleijamento de fronteiras, sendo reduzida a enxergar o que me resta. Somos privadas de ver além do que nos oferece. Destacamos que, para me construir enquanto fonte de saber vivo, precisaremos enxergar outras narrativas, mas não aquela que nos impõe, mas que nos complete, fazendo de seus escritos espelho próximos de nossas realidades.

Trago verdades, não necessariamente as suas, mas a de algumas pessoas como esta que lhe escreve. Verdades são construídas, demoram a serem reconhecidas como tais. Primeiramente são ridicularizadas, depois rejeitadas, e enfim, aceitas (JESUS, 2015). O que você fará deste relato e das minhas breves reflexões, só a você cabe dizer. (Jesus, 2019, p.251).

Logo assim, penso como essas indagações de Jesus (2019), e de como processo de torna as nossas histórias e dos demais que se mantém à margem é um processo doloroso e desumano, e, por fim, é colocado no esquecimento. Faz disso um processo de distanciamento do mundo acadêmico. Se demais tivesse oportunidade de ver narrativas do marginalizado, talvez

entendesse os obstáculos de sua produção e de suas humanidades. Claro que pessoas não se importa em entender aqueles que estão secundarizados, as próprias universidades é que continua nos controles, se encerra no seu próprio pensar hegemônicos.

Uma questão necessária para se pontuar é como os nossos corpos produz conhecimento e reivindica espaços. Uma história de um corpo que fez a sociedade questionar e refletir as atrocidades do sistema binário e racista foi a Xica Manicongo, uma mulher que desafio o sistema da época pela sua essência. Uma prova histórica de como as mulheres trans e travestir sempre fez parte de nossas ancestralidades históricas. Tudo que fugiu da ideologia da queles que ditavam os saberes era rebolado, os corpos ao vazio do conhecimento esquecido. Não tem vazio que não seja preenchido por aqueles que anseia por saber de nossas raízes e de nossas subjetividades.

Coberta com um pano que prendia com o nó para frente, à moda dos quimbandas de sua Terra Natal, e apesar de sua condição desumanizada, imposta pelos homens brancos, os candangos, ela andava sobranceira por toda Cidade Baixa, às vezes subindo para a Cidade Alta e voltando, a serviço do seu senhor, ou só passeando, inclusive para encontrar os seus homens. Diz-se que Xica era conhecida por ser muito namoradeira. Mesmo no inferno da escravidão havia frestas, sempre escavadas pela gente negra. (Jesus, 2019, p.252).

Mostrar que os corpos, eles produzem saberes vivos. Xica Manicongo, em sua linguagem corporal, mostrou mais do que luta e resistência: declamou um conhecimento para aquilo que era evitado em sua temporalidade. As expressões de gênero e a identidade de gênero precisavam ser evidenciadas e reconhecidas, e, quando parafraseio esta figura importantíssima, torno legítima minha angústia, porque, assim como Xica, me coloco como um corpo em disputa para tornar real os meus saberes.

Vejo que esta corporalidade dialoga com a relação aos demais corpos. Os questionamentos e dúvidas tornam significativo aquilo que se chama conhecimento. O conhecimento advém da dúvida, pelo que não se conhece. E tratar, dentro de minha realidade que é a escola, torna mais reais as dúvidas por um corpo que produz dúvida e que precisa de respostas. Se ainda persistir tornar as questões raciais e de gênero distantes da escola e da academia, sempre nos manteremos em uma lacuna do saber de si e dos demais. Os corpos vão ser um pontapé inicial para que se tornem presentes tais temáticas e uma possível discussão.

Não posso deixar de discutir as influências de tais complexidades dentro da formação docente, como o esquecimento de narrativas dos subalternizados causa déficits de entender o meu espaço de atuação. Se literalmente eu enxergo a partir de uma visão eurocêntrica e branca, como estaremos aptas a lidar com outras realidades? Não é meramente que me atenha a observar todos os corpos, pelo menos entender visualmente outras vivências que não sejam a do branco. É claro que não é descartar esse olhar branco, mas sim considerar as demais pluralidades. Sendo professores, o mundo que encaramos não é apenas branco, é diverso.

Talvez que, para entender o que faz um professor, não seja apenas práticas pedagógicas, mas sim suas atitudes nos ambientes de relações sociais. Ver que somos invadidas a cumprir funções alheias acaba por sobrecarregar as nossas outras obrigações, e isso impede de ver outros mundos. Ou o simples fato de que pessoas ditem a função de um professor e não entendam o que compõe uma realidade escolar. Refletir a falta de narrativas para abranger

fora da minha bolha de compreensão fosse um começo para desconstruir essa influência única que nos encarceram ao distante do que compõe o meu mundo real de professores.

Reforço que devemos, em nossas formações, incluir mais autores fora do padrão de obrigatoriedade que nos impõem. Referencio com orgulho pensadoras que abriram novos horizontes para entender a sala como âmbito social, que não é fora e nem distante da sociedade. Vejo que, para pensar essas realidades, preciso olhar para Djamila Ribeiro, que discute “lugar de fala” como uma ponte do silenciamento das vozes e como isso está presente em nossa prática e formação docente, pois somos silenciadas e ensinadas a ser caladas.

Entender os gêneros e questões raciais é olhar a partir do olhar de Letícia Carolina Nascimento, Jaqueline Gomes de Jesus, Amara Moira. As questões de desigualdade e fome, que são tão reais em nosso espaço escolar, vejo nisso no escrito O Quarto de Despejo, por Carolina Maria de Jesus. E precisamos olhar para outros rumos. Talvez precisemos deixar de estar no papel de privilegiado utópico e assumir o nosso papel de marginalizado talvez isso possa tirar as vendas e esclarecer o que não conseguimos enxergar.

FORMAÇÃO DOCENTE E COLONIALIDADE: RUPTURAS POSSÍVEIS

Problematizamos anteriormente o apagamento dos saberes marginalizados e como esses são silenciados no campo acadêmico e educacional. A lógica hegemônica acaba por influenciar diversos setores da nossa sociedade. A falta de representatividade em nossas escolas seja nos livros, seja em outras formas de aprendizado impossibilita que muitas pessoas compreendam que são capazes e que devem produzir epistemologia. Romper com essa visão destrutiva de nossas subjetividades é um passo essencial para irmos além. Tornar possível essa discussão é também denunciar a forma como a escola opera e reproduz silenciamentos.

Assim, manter dentro do livro didático uma redução ou simplificação deste grupo - homens negros brasileiros – é uma prática de violência simbólica e contribui para o status quo de uma sociedade que mata jovens negros diariamente, sob a ótica de que são violentos, perigosos e intelectualmente incapazes, de que são corpos feitos para servir. É a colaboração para a manutenção de uma escola que prepara corpos negros desde a infância para serem violentados. (Jesus, 2019, p.252).

Podemos observar, com olhar mais crítico, e dar-se conta de que essas faltas de representatividade sempre estiveram presentes no funcionamento da escola. O modelo real de currículo que a escola faz funcionar foi sempre pensado para ser adestrada a obedecer ao discurso branco. A falta de posicionamento emancipatório nunca esteve em seus planos. Com muita nitidez, se enxerga que a insistência em manter um papel dicotômico que a escola ensina. Sempre observamos que as representatividades das diversidades dentro de nossa sala de aula são distantes, para não alcançar a compreensão crítica de tais temáticas. As pessoas se ancoram na ideia de que não é essencial falar de questões raciais, deficiências, gênero e sexualidade.

Isso é apenas a escola atuando nos que falam. Para ela, não é importante, pois isso vai destruir seu plano de divisão e de imposição de papéis sociais. Vão sempre reproduzir discursos, como a Jaqueline Gomes de Jesus citou (2019): colocar o negro como burro, pertencente à subalternidade, e, quando retratado, as figuras dos marginalizados são apresentadas de forma

reducionista ou estereotipada. Isso acaba entrando na consciência coletiva dos indivíduos. Essas pessoas são vistas como insuficientes para estar em espaços que um homem branco está. É essa narrativa que predomina no nosso fazer pedagógico.

Para mostrar de forma real como as escolas reproduzem e criam uma consciência coletiva sobre os sujeitos secundarizados em nossa estrutura, o exemplo evidente dos saberes da colonialidade é fortíssimo no nosso modelo de escola: as festividades e datas comemorativas. Tratar de pensar como essas barbaridades são festejadas é uma das maiores contradições e críticas que busco refletir.

Se pensamos que as escolas estão abraçadas no discurso inclusivo e enfatizam comemorações como o Dia da Consciência Negra principalmente em escolas infantis, colocando crianças fantasiadas de escravos, ou seja, com roupas sujas, rasgadas e sem sandália, vejamos que somos direcionados e representadas à escravidão. Falar de negro é falar apenas de escravidão, como se isso fosse apenas o que somos.

Lógico que não negamos a nossa origem, mas falar de negro é trazer um furacão de saberes e ancestralidade. Somos povos que não temos apenas dores, temos resistências. Temos que parar de evidenciar um olhar branco como alternativa única para contar as nossas histórias. Assim, quando se reflete a história branca, há heróis para narrar. Nas nossas raízes também temos grandes heróis negros, indígenas e grandes pensadoras que produzem saberes.

Sendo assim, o nosso fazer pedagógico é circulado pela colonialidade que influencia o nosso olhar enquanto professores. Às vezes, somos tão inibidos pelo discurso eurocêntrico que a cultura não branca é embranquecida ou se torna uma alegoria, que, para eles, se torna real. Onde é normal olhar para uma escola e perceber que reproduzem uma figura distorcida, criada para ser refutada como possibilidade.

Veja que uma pessoa indígena, no espaço educacional, é tratada como um indivíduo que está apenas no mato, a quem se atribuem características selvagens e de não civilidade. Isso é uma barbaridade vestir crianças com roupas de pessoas indígenas como se fosse uma fantasia que me apropriar para desfilar no dia comemorativo. Isso, para mim, não é comemoração, é uma negação da história, do pertencer e da existência em sua totalidade, desrespeitando a singularidade de nossas raízes e nosso passado. Fomos embranquecidas pela narrativa. Tentamos negar o passado. Caímos no erro de negar o passado. Aprendemos a ter orgulho da cultura branca e esquecemos de valorizar a nossa diversidade.

Será que estamos preparadas para falar dessa temática tão urgente? Somos vendadas a nos apropriar da cultura branca e a refutar as demais. Isso se torna um ciclo vicioso que a escola nos obriga a cumprir: o ofício de reproduzir a cultura hegemônica e excluir aquelas que são marginalizadas. Em tudo se busca brechas para manter o idealismo fantástico do sistema. Olhar para as leis é uma das críticas que mais têm me chamado a atenção. A funcionalidade da lei deveria ser fazer valer todos os direitos que estão prescritos em nossa Constituição de 1988. No entanto, na prática, isso ocorre de maneira distinta. É necessário pensar em como os temas de raça, gênero e sexualidade têm ganhado força, ainda que haja intencionalidade em evadir os direitos que estão sendo construídos.

Segundo a Constituição Federal, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988, art.

5º, caput). Isso mostra que, perante a lei, que a igualdade de falar e de oportunidade seja garantido para todos, sem nenhuma distinção. Mas essa narrativa só existe nos documentos, porque, ao analisar o quanto as desigualdades estão dentro de nossa sociedade e como escolas é esse aparato que se alimenta dessas mazelas e reproduz essas tais, criados para invadir os direitos dos demais, sem se dar conta que a narrativa que estão gerando é uma grande contradição à sua dignidade, percebemos isso no processo de falar de negritude, que só ganha espaço de discussão por estar sendo representado como subalterno e o não branco. Isso não é garantir o direito à vida. Falar dos demais e de si, e sendo espaço que todos falem e seja legítimo os discursos é proporcionar o direito à existência. A escola só escolhe como alternativa falar do saber hegemônico, e precisamos deixar claro: quando não se discute outras falas e corpos, estou tirando o direito de existir e, ainda mais, deixando este sujeito à mercê das atrocidades do sistema. Como, pela falta de discussão sobre diversidades de sujeitos, isso gera a exclusão e, talvez, uma morte. Estamos amarradas pela ignorância, que trata por quitar as vidas dos outros pelo erro de uma narrativa que persiste em se sustentar.

Assim, “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988, art. 206, inciso I). Essa pauta é emergente, por tratar de como, ao analisar que a lei nos garante estar em espaços que são para todos, é previsto em lei, mas isso não basta para tornar realidade a existência dessas sujeitas. O modo como está problemática é realmente necessária para discorre, vamos observar como as travestis e trans não estão na sala de uma universidade, escola e até mesmo em empregos. Olha como a lei pode ser contraditória, sendo que somos todos iguais em direitos e oportunidades. Desde nossa feminilidade ou masculinidade, que estão se expondo no ambiente, é automaticamente violada pela regulação do sistema binário de gênero, sendo que é não faço essa regulação nos corpos cisgênero. A expressão de gênero é a primeira violação da dignidade e da liberdade, e, quando assumimos nossas identidades, a escola e a sociedade vão achar formas de punir, seja através da evasão escolar, que muitas vezes se dá pela falta de apoio de pais que abandonam. Ela se sente obrigada a achar formas de sobrevivência. A escola se torna segundo plano, pois precisa comer e, daí, precisa trabalhar.

A forma como a escola se estrutura sobre as desigualdades sociais evidencia que há uma falha no sistema escolar em introduzir a todos com igualdade de oportunidades. Talvez haja um isolamento da própria instituição, se repararmos que a escola tem sua porcentagem de culpa nesse processo de exclusão e negação de existência. É preciso entender que há fatores que impossibilitam o acesso de corpos marginalizados: a falta de apoio psicológico para suas necessidades e compreensão de seu corpo; a expulsão de casa ainda na infância; e a necessidade, desde cedo, de sobreviver seja pela fome, seja por viver nas ruas impossibilita que esteja na escola.

São diversos os fatores que impossibilitam a inclusão desses corpos. Isso não é apenas obrigação da escola. Também deve haver uma junção de outros setores: assistência social, saúde, lazer, esporte, cultura, educação e conselho tutelar. Entender que cada um pode, a partir de seu setor, contribuir de forma a oferecer sustentação para que esses indivíduos tenham acesso pleno à sociedade e à dignidade humana, isso não é dever é uma lei, e a falhar de torna real e de nos cidadãos e do sistema malicioso que em enclausura na falsa narrativa de privilégio, isso não é privilégio é uma condição básica do ser humano.

Deixamos como reflexão para todos: a travestir, em que lugar ela deve estar? E a marginalidade, deve ser vista como potência? Assegurar que a discussão de uns marginalizados é uma força epistemológica que intervém social, e pensar de como a simples presença gerar desconfortos, isso implica que devemos expor aquilo que nos desconforta. Não devo silenciar, apesar de que a natureza humana estar atrelada nos desconfortos, pois não contenta pensar para além, mas naquilo que lhe conforta. A acomodação sempre fez parte de suas opções de estar posicionado, nem que, para isso, o conforto gere desconforto nos demais.

Somos uma sociedade amarrada à ideia de dominação pela compreensão do sujeito e do espaço que ocupa. Precisar que tudo esteja na sua definição total lhe possibilita a se manter na mais prazerosa conformidade. Talvez seja essa a doença: a limitação da capacidade humana em entender que nada pode ser reduzido à sua limitação que lhe dá prazer, mas perceber que somos sujeitos que estamos construindo o próprio prazer. Mais que isso, não é relativamente cabível para aprisionar a todos no seu mundo, ilimitado às suas vontades, seja por se construir como sujeito diferente a qualquer sujeito, ou entender minhas próprias vontades não pode limitar a sociedade que não pode ser fixada a ideia de uma única parte como única alternativa.

A grandiosidade de nossos corpos é real. Eles dão espaço para o que não é falado. As nossas corporalidades gravam a própria história e os saberes vivos, desde as dores, alegrias, lutas e resistências. Cada travestir guarda uma possibilidade de saberes que estão se construindo. Juntas, estamos, de nossa forma, criando possibilidades. O saber é possível, e nós somos possíveis, pois resistimos. Isso nos torna o próprio saber legítimo.

Por isso, discutir uma formação anticolonial que esbarre essa redução de nossas subjetividades é uma alternativa pretenciosa e necessária. Trazer para o debate crítico todas essas indagações faz uma possibilidade de pensar fora dessa visão fixa. Seu corpo dissidente é propor a si um novo começo, pensar alternativa para construção do seu próprio pensar, entender as facetas que constrói o seu espaço e a si próprio. Devemos parar de criar dicotomias que reduz o mundo e suas compreensão, faz os indivíduos enxergarem as realidades possíveis para imaginar a sua própria crítica, que é preciso para estruturar o seu mundo significativo.

Isso é abrir discussão e diálogos sem imposição. Talvez essa grande falha mundana: tentar possuir o significado de mundo do outro. Precisamos proporcionar a todos olhares diversos, ao qual faz parte de nosso meio. Isso romperia com a lógica de exclusão e de apagamento de nossas diferenças. Criar um canal comunicativo com as diferenças fará ampliar horizontes. Se paramos em nossas aulas e em debates, perguntar a sua realidade e sua diferença, e associar à temática e à própria discussão, isso possibilita aproximar a diferença ao mundo real que nos rodeia.

As pessoas tentam tratar das diferenças como algo distante de nosso espaço. Reforçamos a narrativa de inclusão, mas apagamos as diferenças que estão ali em nossa vivência. A intervenção para destruir a rede de apagamento de nossas diversidades tem que vir do interior para o exterior. Não posso trazer o distante para solucionar o eu estar perto. Temos que pensar isso na nossa prática, que vejo perto.

Fui uma criança afeminada, mas fui silenciada pela falta de entendimento. O silêncio, para quem vê, compactua para excluir. Se a minha forma de expressar fez aquela escola perceber como um alvo de bullying, me enclausurei no molde da masculinidade para não sofrer a violência que a escola não foi capaz de olhar.

As discussões de gênero, raça e sexualidade não deve fazer parte do nosso fazer pedagógico? Isso é que é uma ignorância. As formações sempre pensando em resolver as dificuldades de aprendizagem, mas falta pensar além, que é o humano. Quantas crianças afeminadas têm um impacto emocional por não entender o que se passa? A falta de apoio da escola em possibilitar um emocional instável dificulta, às vezes, o desempenho na sua aprendizagem. O não olhar para a diferença é uma forma de apagamento. Devemos, enquanto profissionais da educação, estar atentos a essas realidades e intervir sem julgamento. Isso, ao invés de ajudar, acaba atrapalhando no desenvolvimento da criança.

A EXPERIÊNCIA NO PIBID: CORPO, ESCOLA E RESISTÊNCIA

Por isso, avaliaremos, de forma reflexiva, a trajetória da autora deste texto enquanto travestir e negra em um espaço escolar. Perceber algumas questões é necessário, tecer uma rota de como estamos sujeitas a violências na sala de aula, seja sutil ou explícitas. Deixar claro que observo dentro do meu espaço de mundo, talvez não seja a mesma realidade, mas talvez demais observem o quanto essas vivências são reais, não só para mim, e sim para outras que também analisam esse descontentamento ao qual meu corpo e de outros vivenciam as violências que a escola produz. Pode ser possível que discussões como essa possam lançar um olhar inicial ao cuidado específico de nossa inclusão.

Dessa forma, uma das coisas que mais tem chamado atenção é o cuidado que as crianças têm conosco. Enquanto professora, não me imaginei que seria tão mais fácil estar em sala de quinto ano. Ao que diz respeito à minha autoidentificação, por experiências anteriores sempre havia necessidade de dizer: sou mulher e não homem. As crianças, quando diziam “tia” para mim, soava tão real e, ao mesmo tempo, tão meu. Há uma discussão que tem ganhado espaço nas críticas ao ensino: é a forma como cada etapa de ensino demonstra a forma de compreensão das subjetividades, seja ao gênero, sexualidade e racialidade. Cada um deixa explícito o seu pensamento moldado pelas relações. Isso é visível nas falas, comportamentos e gestos com o outro.

O PIBID e o estágio me fizeram observar essas indagações que me vêm causando curiosidade. Como um olhar de uma criança, repleta de curiosidade por saber, trago uma observação de como um menino queria perguntar uma dúvida ou algo relacionado ao conteúdo ministrado pelos bolsistas. Ele, às vezes, trocava os pronomes e, instintivamente, corrigia-se. Dá para ver que há um certo entendimento de respeito e inclusão, mas o carinho e o acolhimento fizeram observar o respeito pela minha essência e minha individualidade. E perceber que, talvez, o ensino ainda não seja tão fracassado, mas que tem que procurar forma de que a minha realidade seja de outra, e ter possibilidade de uma criança procurar acolhimento por se expressar diferente das demais, e que uma professora se sinta acolhida por ser travestir ou trans é um começo. Temos que cuidar da infância de todos e assegurar a oportunidade de educação e ao conhecimento. A infância é chave para incluir as demais.

A falta de debate sobre gênero, sexualidade e racialidade no nosso exercício docente dificulta a inclusão dos alunos e professores no nosso espaço escolar. Como, enquanto professora, não discuto essas temáticas? E quando vou para uma sala de aula, me deparo com uma criança negra que sofre racismo e exclusão, um menino afeminado que sofre bullying? Essas relações têm que ser tratadas desde a infância. Me adoece que as pessoas falam que não tem por que falar de temas LGBTQIA+. A desinformação gera uma exclusão. Pois, como é que a violência dentro de cada contexto pode ser discutida, sendo que não tem essa discussão? E a

profissional, por não ter teor teórico, fica paralisada, sem reação. Não tenho como resolver o conflito se não pensar o que uma criança afeminada sente em situação de bullying, e porque acontece isso, e como explicar para os ambos, em situação como essa, que chegou a esse ponto. E isso se enquadra em tudo: como racismo, violência de gênero, homofobia, capacitismo, transfobia e a gordofobia.

A discussão que proponho pensar é de como as nossas graduações têm olhado para essa temática que é a formação docente. Os profissionais e os currículos que regem em seu processo formativo, que muitas das vezes carecem de textos que deem conta de falar de inclusões de forma plurais e não no singular. A inclusão não é colocar apenas uma criança com deficiência e enxergar ela apenas nessa lente. Às vezes, a própria criança que tem uma deficiência pode ser homossexual, trans ou afeminada. E isso exige um olhar de inclusões, pois preciso incluir e respeitar sua deficiência e suas outras subjetividades. Incluir não se restringe a um grupo. Incluir é garantir oportunidade. Vamos observar o quanto estamos limitadas na normalidade que a sociedade criou e talvez não queira sair dela. As universidades precisam ter um cuidado com essa temática, deixar de lado essa discussão que é a seleção pelo que é aceito ou não em sua estrutura reforça as exclusões e as desigualdades sociais. Professores têm que estar capacitados para atender todas as realidades que precisam de cuidado no seu espaço de atuação.

CONCLUSÃO

Assim, é perceber a falhar da escolar se considerar inclusiva é bastante utópica, a falta de atenção com essas temáticas na formação de profissionais da educação deixa uma dúvida de como a inclusão sempre foi seletivo, assim como também os saberes, os conhecimentos hegemônicos sempre ocupou espaço de legitimidade, e de como a inclusão dos corpos padrões e suas realidade considerados normais sempre foram assistidos pela educação, e ao analisar a linha tênue que esse texto perpassar é abrir espaço para que se amplie novos debates para que as formações passem expandir em seu leque de temáticas diante das problemáticas reais nossas sala de aulas, sendo demarcadas pelas nossas praticas as temáticas que o currículo tem a ser falado,

Então, a bagagem de discussões faz ampliar uma melhor qualidade de resoluções para o que presenciamos, como a violência nas diversas opressões, e sendo capaz até de conscientizar esses indivíduos. A própria capacitação nos amplia a possibilidade de enxergar o mundo. Os saberes têm que ser evidenciados, e não esquecidos, e não silenciados. Os saberes dos marginalizados nos dará um terço e tecerá uma rede de compreensão das subjetividades que rodeiam o nosso campo. A falta de evidenciar ou a tentativa de boicote aos nossos conhecimentos e nossas narrativas é um plano de manter nossas histórias na escuridão e no vazio de um beco escuro. Mas somos resilientes, somos o próprio escape dessa escuridão que nos jogam.

O conhecimento, vivos, exauridos de nossas entranhas, mostra a saída para essa finalidade que relegam à nossa carne. Os saberes são produzidos dentro da marginalidade, tiram dessa zona de esquecimento que nos atormenta. Falar de travestir e negritude nunca se manterá no esquecido. Talvez silenciado, mas nunca esquecido. É preciso que nosso texto seja uma obrigatoriedade no nosso processo formativo. Isso não é uma questão de imposição ou de disputa política, é uma questão de compreensão humana.

O sentido de educador é estar na ideia de um humano. A humanidade é particularidade de seu ofício. Talvez o tempo tenha desgastado a sua essência. Entender que a humanidade e o humano é um exercício do educar. Precisamos sempre estar educando as relações humanas e não no sentido de imposição, e sim no sentido de conscientização e compreensão da subjetividade humana. Faltou isso no nosso processo de educar: um olhar mais humano, mais seu e que é meu. Quando o educar for se distanciando do nosso olhar humano, talvez o educar e o professor perca o seu sentido.

Finalizando, a pedagogia da presença como uma força urgente para nosso ensino uma temática que tenho discutido em outros textos, a presença de travestir, negras, homossexuais e demais marginalizados partes do princípio de nossas presenças vivas como chaves possíveis e visíveis para uma educação mais inclusiva. A própria presença produz saber vivo, ou seja, a própria discussão que estamos realizando nesse texto é fruto de uma presença. A presença se fez questionada e, com um incômodo, produz saberes. Mas como a presença ressaltou o conhecimento de empatia, acolhimento e inclusão com a professora travestir, e a presença de obras e textos dessas sujeitas faz repensar as realidades que estamos inseridas, e até mesmo a própria narrativa oral, a partir da presença, fará a discussão ganhar novas possibilidades. É deixar que as presenças façam parte de nossas formações. Isso traria um pensamento plural e diverso para contribuir em seu processo formativo. Entender o outro é um exercício que faz parte de nossa profissão.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BALBINO, Daniele Araujo; JESUS, Jaqueline Gomes de. *Problemas das representações dos homens negros no livro didático de história*. In: CIÊNCIA E ARTE DO ENCONTRO: O Rio de Braços Abertos. [S.l.: s.n.], 2023. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/cinabeth/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV193_MD1_ID784_TB245_30112023174836.pdf. Acesso em: 9 out. 2025

JESUS, Jaqueline Gomes de. *A negação do corpo feminino: abjeção nos meios de comunicação, contradiscursos nas redes sociais*. [S. l.: s. n.], 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jaqueline-Jesus/publication/233854677_A_negacao_do_corpo_feminino/links/0fcfd50c25dd9babce000000/A-negacao-do-corpo-feminino.pdf. Acesso em: 9 out. 2025.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra*. **Revista de Docência e Pesquisa em Ciências Sociais – REDOC**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 250, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/redoc.2019.41817>. Acesso em: 9 out. 2025.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Jandaíra, 2024. p. 13-112. (Coleção Feminismos Plurais).